



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE GRADUAÇÕES EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Caio Farias da Rosa

Desindustrialização: uma análise de Causas no Brasil e Santa Catarina

Florianópolis

2023

Caio Farias da Rosa

Desindustrialização: uma análise de Causas no Brasil e Santa Catarina

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ronivaldo Steingraber

Florianópolis

2023

da Rosa, Caio Farias

Desindustrialização: uma análise de Causas no Brasil e Santa Catarina / Caio Farias da Rosa ; orientador, Ronivaldo Steingraber, 2023.

44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Desindustrialização . 3. Economia Catarinense. 4. Economia industrial. I. Steingraber, Ronivaldo . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Caio Farias da Rosa

Desindustrialização: uma análise de Causas no Brasil e Santa Catarina

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de **Desindustrialização:** uma análise de Causas no Brasil e Santa Catarina e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Econômicas.

Local Florianópolis , 20 de novembro de 2023.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber
Orientador(a)

Prof. Dr. Luiz Carlos de Carvalho Júnior
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dominik Hartmann, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis , 2023.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente agradecer meus pais: Sergio e Kátia que me apoiaram em todas as minhas decisões e me orientaram nos momentos mais difíceis. Agradeço às minhas avós Regina e Laura e meu avô Jorge (in memorium). Agradeço aos meus amigos, em especial José Marcelo, que foi meu companheiro de faculdade e estudos.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina pelo suporte e estrutura para eu desempenhar meus estudos. Aos professores que tive a oportunidade de conhecer, em especial ao Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber, meu orientador, que me deu suporte nesse trabalho.

RESUMO

O estudo analisou o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial no Brasil e em Santa Catarina, destacando a interdependência histórica entre a economia estadual e a nacional. Foi analisado que no período até meados do século XX, Santa Catarina possuía uma indústria menor que a média nacional, após a segunda metade do século -até os dias de hoje - o estado superou a média nacional. A industrialização brasileira ocorreu através da PSI (Política de Substituições de Importações) onde citamos dois eventos fundamentais: Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Grande Depressão (1929). O início da indústria brasileira se deu graças ao capital de cafeicultores que migraram para industriais e em Santa Catarina não aconteceu, as indústrias surgiram - em grande parte- dos imigrantes europeus que chegaram no século XIX e XX. A desindustrialização é um termo muito recente na academia e existem algumas formas de mensurá-las, mas neste trabalho iremos considerar a desindustrialização como: evolução de indicadores de produção PIB, empregos, produtividade, investimento, exportações e importações. Este fenômeno ganhou força a partir da década de 1980 com a abertura abrupta da economia brasileira, o que faz com que indústrias nacionais fechem por não conseguir competir com o mercado externo. Foi constatado que Santa Catarina não possui uma desindustrialização absoluta, mas sim intermediária, ou seja, alguns segmentos industriais estão diminuindo sua participação, onde citamos: Madeireiro e Têxtil. É importante ressaltar que o estado possui uma geografia industrial interessante, onde existe polos industriais que cada região se especializou em um ou mais segmentos. O estado catarinense não possui uma política industrial própria, segue a política nacional.

Palavras- chaves: Desenvolvimento. Desindustrialização. Interdependência Estadual-Nacional. Santa Catarina.

ABSTRACT

The study analyzed economic growth and industrial development in Brazil and Santa Catarina, highlighting the historical interdependence between the state and national economy. It was observed that until the mid-20th century, Santa Catarina had a smaller industry than the national average, but after the second half of the century - up to the present day - the state surpassed the national average. Brazilian industrialization occurred through ISI (Import Substitution Industrialization), with two fundamental events mentioned: the First World War (1914-1918) and the Great Depression (1929). The beginning of Brazilian industry was facilitated by the capital of coffee farmers who transitioned to industrialists, while in Santa Catarina, industries emerged largely from European immigrants who arrived in the 19th and 20th centuries. Deindustrialization is a very recent term in academia, and there are various ways to measure it. In this study, deindustrialization is considered as the evolution of indicators such as GDP, employment, productivity, investment, exports, and imports. This phenomenon gained strength from the 1980s onward with the abrupt opening of the Brazilian economy, leading to the closure of domestic industries unable to compete with the international market. It was found that Santa Catarina does not experience absolute deindustrialization but rather an intermediate form. In other words, some industrial sectors are reducing their participation, specifically the Timber and Textile industries. It's important to note that the state has an interesting industrial geography, with industrial clusters in each region specializing in one or more segments. Santa Catarina does not have its own industrial policy but follow national policy.

Keywords: Development. Deindustrialization. State-National Interdependence. Santa Catarina.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA | 11 |
| 2.1 Indústria e desenvolvimento | 17 |
| 2.2 Origem da industrialização no Brasil | 18 |
| 2.3 Origem da industrialização em Santa Catarina | 21 |
| 2.4 indústria no Brasil | 25 |
| 3. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO | 27 |
| 3.1 Teorias da desindustrialização natural | 29 |
| 3.2. Teorias da desindustrialização forçada | 30 |
| 4 ANÁLISE DA INDÚSTRIA | 31 |
| 4.1 Indicadores | 31 |
| 4.1.1 Importações e Exportações | 33 |
| 4.1.2 Agropecuária, Indústria e Serviços | 34 |
| 4.1.3 Indústria Extrativa Mineral | 36 |
| 4.1.4 Desenvolvimento econômico industrial | 37 |
| CONCLUSÃO | 41 |
| REFERÊNCIAS | 43 |

1. INTRODUÇÃO

O setor industrial é um grande indicativo de mensuração do desenvolvimento de um determinado país. No decorrer do tempo este setor foi de suma importância para uma nação com objetivo de desenvolvimento. A desindustrialização é um fenômeno que tem preocupado muitos pesquisadores e gestores em diversos países, incluindo o Brasil (SILVA, 2019).

No contexto nacional, o estado de Santa Catarina se destaca por sua base industrial diversificada e importante contribuição para a economia do país. No entanto, nas últimas décadas, tem-se observado um processo de desindustrialização em Santa Catarina, com impactos significativos no desenvolvimento regional e na geração de empregos (FIESC, 2012). Diversos fatores têm contribuído para esse processo de desindustrialização em Santa Catarina, Segundo estudo realizado junto aos empresários da indústria: a concorrência internacional, especialmente a entrada de produtos importados, tem afetado negativamente a competitividade da indústria catarinense, principalmente nos setores têxtil, metalúrgico e de calçados.

A abertura comercial e a competição de países com mão de obra e custos de produção mais baixos têm pressionado as empresas locais. (FIESC, 2012) Além disso, a falta de investimentos em inovação e tecnologia tem limitado a capacidade de adaptação da indústria catarinense às novas demandas do mercado. A modernização e a busca por maior eficiência produtiva são essenciais para a manutenção da competitividade. No entanto, a escassez de recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento tem dificultado a atualização tecnológica das empresas. (FIESC, 2012) Diante desse cenário, é fundamental compreender as causas e os impactos da desindustrialização em Santa Catarina.

A análise desses aspectos permitirá a formulação de políticas públicas e estratégias empresariais que visem fortalecer o setor industrial, impulsionar o desenvolvimento econômico regional e garantir a sustentabilidade e competitividade de Santa Catarina. Desta forma limitou-se os problemas de pesquisa da seguinte forma: Quais são as principais causas da desindustrialização em Santa Catarina?

Quais são os impactos socioeconômicos desse processo? Quais perspectivas e medidas podem ser adotadas para reverter ou mitigar a desindustrialização no estado? O objetivo geral deste trabalho é analisar as causas da desindustrialização em Santa Catarina à partir do ano 2000 até 2020. Desta forma se teve o interesse em analisar a desindustrialização no século XXI por acreditar no avanço das tecnologias e mão de obra qualificada.

Para alcançar esse objetivo, os seguintes objetivos específicos serão perseguidos: (i) Realizar uma revisão bibliográfica sobre o setor industrial em Santa Catarina; (ii) Analisar os dados sobre a participação da indústria no PIB e no emprego em Santa Catarina; (iii) Identificar os principais segmentos industriais e as suas contribuições para a economia local. (iv) Identificar os principais fatores que têm contribuído para a desindustrialização em Santa Catarina.

A indústria é um dos setores mais importantes da economia brasileira e desempenha papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico e social do país. Nos últimos anos, porém, algumas regiões passaram por processo de desindustrialização, como o estado de Santa Catarina. Este fenômeno tem tido um grande impacto na economia local, afetando a criação de emprego, a arrecadação de impostos e o desenvolvimento socioeconômico da região, (FIESC, 2012).

Nesse sentido, faz-se necessária a elaboração de uma monografia voltada para a análise do impacto do setor industrial e do processo de desindustrialização na economia do estado de Santa Catarina entre 2000 e 2020. Tal estudo é fundamental para entender as causas e consequências desse fenômeno na economia catarinense e apontar possíveis soluções e medidas que possam ajudar a restaurar o desenvolvimento industrial da região. Além disso, a monografia poderá informar as decisões dos gestores públicos e privados visando o fortalecimento do setor industrial e o desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina.

Analisar o impacto da desindustrialização nas economias regionais pode subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico mais eficazes. Ademais, a importância desse tema é demonstrada pela necessidade de compreender as especificidades do processo de desindustrialização

no contexto brasileiro e seus impactos socioeconômicos e ambientais. A indústria é um dos principais setores do desenvolvimento econômico, tecnológico e social de um país, e a desindustrialização pode prejudicar a competitividade e sustentabilidade do setor produtivo, bem como a qualidade de vida da população local. (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Portanto, esta monografia visa auxiliar na compreensão do impacto do processo de desindustrialização na economia catarinense, de forma a financiar o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico capazes de fortalecer o setor industrial e promover o meio social.

2. A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA

O crescimento econômico é definido por Sandroni (2000, p.73) como o “aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica.” Os estudos sobre o crescimento econômico de um lugar, conforme Freitas (2007) normalmente têm como referência indicadores econômicos como o PIB (Produto Interno Bruto), com ênfase ao crescimento da renda per capita.

Também está incluída a infra-estrutura para a qualidade de vida, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ e o PNB (Produto Nacional Bruto), que, segundo Sandroni (2000, p. 475) “é o valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais (pertencentes a residentes no país), independente do território econômico em que esses recursos foram produzidos”. Todavia, tendo em vista os desequilíbrios regionais e sociais, outras variáveis precisam ser estudadas, como a poupança e o investimento, mencionadas por Freitas (2007). A poupança pode viabilizar a formação do estoque de capital; o crescimento demográfico, em razão da oferta de mão-de-obra e potencial de consumo e dos gastos com o sistema de seguridade social; a educação, que representa o capital humano; a infra-estrutura econômica e social, que diz respeito às variáveis sociais como a educação, a saúde, o saneamento básico, dentre outros.

Percebe-se que o crescimento econômico não é ainda o desenvolvimento, pois o segundo é mais abrangente que o primeiro. Vasconcellos (2001) faz a diferenciação explicando que o crescimento é a ampliação quantitativa da produção (bens que atendam às necessidades humanas). O desenvolvimento engloba não apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do

¹O Índice de Desenvolvimento Humano, criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". O objetivo da elaboração do IDH é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007)

Produto Interno Bruto, mas também a natureza e a qualidade deste crescimento. Por exemplo, um país desenvolvido é aquele cujas condições de vida da população são boas, ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico está associada à qualidade de vida dos residentes em um país. Kindleberger (1976) afirma que o crescimento econômico se refere à maior produção e mudanças nas disposições técnica e institucional pelas quais se chega a esta produção. Ele representa um aumento no produto por unidade de insumo. O desenvolvimento vai além, pois representa transformações na estrutura da produção e na alocação de insumos por setores da economia.

Ambos caminham juntos, ao menos até o ponto em que a economia perde a capacidade de adaptar-se a novas condições. Nos estágios iniciais, as economias em crescimento têm facilidade de se desenvolverem, mas o problema dos países que conseguem atingir um nível elevado de desenvolvimento e crescimento é o de continuar a crescer. Existem consequências do crescimento sem desenvolvimento. Por exemplo, os países em que há um baixo nível de renda ou que há grande dificuldade em adaptar-se às oportunidades econômicas que lhes apresentam. Se a economia não conseguir produzir mais do que consome, através do crescimento, a tendência é de que existam dificuldades para canalizar uma parcela dos seus recursos para outros tipos de atividade.

Sendo assim, o desenvolvimento, acontece quando o número de trabalhadores produtivos aumenta, o acesso ao emprego fica mais fácil e a renda média da população cresce. No longo prazo, acontece uma redistribuição de renda entre capitalistas, trabalhadores e arrendatários (KINDLEBERGER, 1976). Outhwaite (2003) esclarece que o desenvolvimento indica a conquista do progresso econômico e social, através da transformação do estado de subdesenvolvimento (baixa produção, estagnação, pobreza) em estado desenvolvido.

O crescimento é uma condição necessária ainda que insuficiente, para o progresso social, representado pela satisfação das necessidades básicas, tais como nutrição, saúde e habitação. Para desenvolver-se, uma nação precisa programar seu crescimento e desenvolvimento em longo prazo. Dessa forma, o significado da expressão desenvolvimento econômico, é progresso, melhoria da condição humana,

seja econômica, social e política de um país, região, município, verificado pelo avanço gradativo por meio de uma série de mudanças progressivas. O desenvolvimento econômico resulta de transformações estruturais, que ocorrem a partir do movimento cumulativo de recursos técnicos, científicos e humanos de uma sociedade, do aumento da riqueza tangível, referente ao capital, e intangível, referente ao ser humano. Assim, uma definição para o desenvolvimento econômico, de acordo com Berger (1992, p.118) é um processo de crescimento econômico progressivo pelo qual, grandes massas de pessoas são removidas da pobreza para um padrão de vida melhor.

O desenvolvimento é o processo pelo qual as pessoas nos países mais pobres podem alcançar os níveis de vida material obtido nos países de capitalismo industrial avançado. Existem vários obstáculos ao desenvolvimento econômico, dentre os quais Sandroni (2000) menciona a dificuldade de toda a população integrar-se na economia nacional; o isolamento social, cultural ou econômico, representado por barreiras lingüísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional.

Desenvolvimento econômico pode ser visto como um conjunto de mudanças inter-relacionadas na estrutura da economia que são requeridas para o crescimento continuado. Elas envolvem a composição da demanda, produção e emprego, bem como a estrutura externa do comércio e do fluxo de capital. Em conjunto, estas mudanças definem as transformações do tradicional para o sistema econômico moderno. Segundo Celso Furtado (2000) desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade no conjunto econômico, apesar de esse aumento de produtividade ocorrer em setores particulares.

O desenvolvimento econômico, segundo Schumpeter (1982 apud SOUZA, 2003, p. 195):

Traduz-se por mudanças qualitativas e quantitativas das variáveis econômicas do fluxo circular, alterando sua estrutura e as condições do equilíbrio original. Aumenta a disponibilidade de bens per capita, em razão da maior taxa de crescimento da produção em relação à população. Melhora a qualidade dos produtos e serviços, assim como a renda média dos indivíduos. Isso ocorre pela expansão do volume dos negócios, pelas inovações e pela disputa por fatores de produção por parte dos empresários.

O desenvolvimento também pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, conforme a análise de Sen (2000). Nesta perspectiva, o desenvolvimento não se restringe a uma identificação com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento das rendas pessoais, a industrialização. Há uma relação entre desenvolvimento e outros determinantes, como os direitos civis de participar de discussões e averiguações públicas, por exemplo. As facilidades econômicas são oportunidades que por meio das quais as pessoas podem utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca.

Ocorre desenvolvimento, na visão de Schumpeter (1982 apud SOUZA, 2003, p. 16) “Na presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário”. O desenvolvimento econômico é fator fundamental para que os países possam projetar-se no cenário internacional. De acordo com Hicks (2001), ele tem se caracterizado como uma das molas propulsoras para a criação de melhores condições de vida em determinado país, caracterizando-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria no nível de vida da população. O desenvolvimento de um país depende de um programa em longo prazo.

O sinal mais importante do crescimento de um país, segundo Rangel (2000) é a afirmação categórica da exigência de desenvolvimento, que adjetivamente se manifesta pela vontade de planejar ou programar esse mesmo desenvolvimento. Outro fator importante é a unidade do espaço econômico nacional, que amplia as bases da divisão social de trabalho, causa e conseqüência, do progresso

tecnológico. O desenvolvimento econômico está relacionado ao desenvolvimento social, tema que foi objeto de estudo de Marx (1986 apud PIZZI, 2003).

Para o autor, essa relação tem seu desdobramento em duas dimensões: a relação do homem com a natureza e dos homens entre si, ambas apoiadas no trabalho e nas forças produtivas. Ele defende a tese de que a sociedade capitalista, na qual se perpetua a desigualdade das condições sociais, não é capaz de proporcionar o desenvolvimento humano e social pleno. Um obstáculo ao desenvolvimento humano nesse tipo de sociedade é o fato de que as forças produtivas não geram o desenvolvimento das capacidades humanas dos trabalhadores.

Em um estudo desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. Em uma sociedade voltada para o crescimento e o desenvolvimento econômico, na visão de Smith (1978 apud HUNT, 1999, p. 82), o Governo deveria cumprir três funções:

Primeiro, a função de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, a função de proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou a função de oferecer uma perfeita administração da justiça; e, por fim, a função de fazer conservar certas obras públicas e de criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porque o lucro nunca cobriria as despesas que teriam estes indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo.

A Teoria Malthusiana, de acordo com Damiani (2001), entende que o excedente populacional é uma barreira ao desenvolvimento e sustentava a idéia de que boa parte desta população era formada por pessoas improdutivas (crianças por exemplo), sendo que os recursos usados para sustentá-las poderiam ser investidos na produção e isso contribuiria para o progresso econômico dos países.

A escassez de recursos e a superpopulação impedem o desenvolvimento integral da humanidade. A Teoria da População em que Malthus baseava suas

conclusões, conforme Hunt (1999, p. 94) acreditava que “as taxas de reprodução, quando incontidas, levariam a aumentos em progressão geométrica da população; especificamente a população duplicaria a cada geração.” O Malthusianismo serviu de base para questões interessantes, dentre as quais Damiani (2016) a tese do crescimento zero, que defende a necessidade do congelamento do aumento da população e do crescimento do capital industrial.

É atribuída à dinâmica populacional um papel determinante no desenvolvimento socioeconômico. O desenvolvimento socioeconômico, por sua vez, está ligado à melhoria de vida da população, incluindo portanto, o meio ambiente, tema abordado nas teorias econômicas.

2.1 Indústria e desenvolvimento

Há um certo tipo de crescimento econômico que permite transformações sociais e políticas para se promover desenvolvimento. É complexo articular o desenvolvimento produtivo de um país continental como o Brasil, mas isso deve ser feito com: (a) a mobilização da população para fazer da base material um ativo de bem-estar, promovendo capacidade cognitiva que, aplicada em tecnologia e inovação, agregue qualidade à vida e; (b) uma indústria capaz de transformar a base material, recuperando, preservando e atuando pela sustentabilidade do meio ambiente.

A partir do início da década de setenta, um número crescente de economistas passou a considerar o crescimento do produto ou da renda como um indicador inadequado do desenvolvimento econômico. Dentro deste contexto, o crescimento da capacidade produtiva deve completar-se com outros elementos que possam dar relevo mais apropriado as demais dimensões do desenvolvimento econômico (LEITE, 2012,p.37).

Segundo Furtado (2014) o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade no conjunto econômico, apesar de esse aumento de produtividade ocorrer em setores particulares. Explica esse economista que as modificações de estrutura são transformações nas relações internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, que não se poderiam concretizar sem modificações na distribuição e utilização da renda

É complexo articular o desenvolvimento produtivo de um país continental como o Brasil, mas isso deve ser feito com: (a) a mobilização da população para fazer da base material um ativo de bem-estar, promovendo capacidade cognitiva que, aplicada em tecnologia e inovação, agregue qualidade à vida e; (b) uma indústria capaz de transformar a base material, recuperando, preservando e atuando pela sustentabilidade do meio ambiente.

São os processos industriais que mobilizam o trabalho e geram tecnologias e inovações que transformam a base material em riqueza agregada de valor. A sociabilidade da vida moderna é resultado das mudanças que o sistema industrial engendrou na divisão do trabalho, na produção do espaço urbano e no extraordinário incremento da produtividade geral da economia. O comércio vende os itens produzidos pela indústria e os serviços incorporam esses produtos na execução de suas atividades. Enfim, sem indústria, não há o tipo de crescimento de que precisamos para o desenvolvimento.

Por isso, é urgente estabelecer as conexões significativas entre a política macroeconômica e as fontes que articulam e dinamizam as frentes de expansão econômica. Essa conexão deve visar simultaneamente à qualidade do mercado interno de consumo de massa, com aumento do emprego e melhora nos salários, à participação expressiva das exportações e à ampla reorganização do espaço urbano e rural, mas com qualidade de vida e produção com sustentabilidade ambiental.

Por isso, a política econômica deve mobilizar um processo de desenvolvimento industrial e produtivo, para o qual concorrem, entre outros: (a) uma política cambial que protege a indústria tecnologicamente competitiva; (b) a redução dos juros e a reorganização da dívida pública; (c) a criação de mecanismos privados de financiamento de longo prazo; (d) a desindexação dos contratos e preços; (d) a simplificação tributária; (e) a desoneração do investimento e das exportações; (f) o investimento em infraestrutura econômica e social. O ajuste fiscal, desconectado desses elementos, em uma economia debilitada, pode agravar todos os problemas e comprometer inclusive as metas do próprio ajuste.

2.2 Origem da industrialização no Brasil

A industrialização brasileira surgiu como fruto da ruptura das relações econômicas do país com o exterior em decorrência de choques adversos. Isto é, diante de cenários internacionais críticos, tais como: a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, o Brasil desenvolveu desequilíbrio na balança comercial e dificuldades na atração de capital. Isto é, a ocorrência de um choque adverso resultava em uma rápida queda dos níveis das exportações, principalmente do café, e, conseqüentemente, a queda das receitas inviabilizavam as importações de muitos bens de consumo e de bens de capital (TAVARES, 2014, p.33).

Dessa forma, o país foi impelido a desenvolver um novo modelo de crescimento. Modelo este, não mais voltado para fora, mas sim para dentro, com atividades internas substitutivas de importações. Ou seja, a demanda interna substituiu a externa como principal fator determinante do investimento industrial. A partir de então, o centro de decisões passaria a ser interno e esta economia deixaria de ser reflexa dependente. Neste sentido, a I Guerra teria resultado em um grande impulso inicial da industrialização nacional e a Grande Depressão, anos depois, teria tido um impacto ainda mais expressivo sobre o processo industrializante do país (SUZIGAN, 2015, p.25).

Nessa visão, o Brasil, desde o período do Império até a terceira década do século XX, atuou, predominantemente, como um país exportador de matérias-primas e consumidor de produtos industrializados estrangeiros. Julgando, assim, a indústria já existente como sendo de pouca expressão até então. Desta forma, sua economia sempre se mostrou um tanto dependente das relações comerciais com os chamados países centrais, que, por sua vez, representavam o centro de decisões econômicas internacionais e a fonte principal dos produtos industrializados. Logo, a economia brasileira seria incapaz de estimular o desenvolvimento industrial somente por fatores internos (SUZIGAN, 2015, p.24).

Sendo assim, o processo de industrialização se comportou como um importante ajuste aos desequilíbrios externos que se faziam presente. Isto é, a industrialização substitutiva de importações foi uma resposta aos impactos negativos decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão à economia. Os

investimentos em atividades econômicas relativas ao mercado interno diversificaram a economia e atuaram de maneira determinante no crescimento da renda interna. Portanto, a variável endógena, representada pelo investimento industrial, substituiu a variável exógena, representada pela procura externa, como principal fonte de dinamismo e crescimento para o país.

Desta forma, o crescimento econômico observado na década de 1930 em diante deveu-se, basicamente, ao aumento dos investimentos na indústria e na diminuição gradativa da importância relativa ao setor agrário-exportador, em especial o café (SUZIGAN, 2015, p.27). Adicionalmente, é importante salientar o papel de destaque que teve o Estado no incentivo ao processo de industrialização diante dos choques externos. A intervenção estatal garantiu o sucesso da industrialização via uma série de medidas políticas e econômicas, mas principalmente as políticas de defesa do café e cambial (FURTADO, 2014). Entre essas medidas, a política de defesa do café consistiu na compra de estoques excedentes do grão por parte do governo federal e, posteriormente, com a destruição da parte invendável desses estoques como forma de controle da oferta do mesmo no mercado internacional (FURTADO, 2014). A política cambial consistia na desvalorização da moeda nacional com o intuito de favorecer as exportações do café (FURTADO, 2014).

Segundo Suzigan (2015), os Investimentos no Início da Industrialização do Brasil, a origem do processo de industrialização no Brasil foi anterior ao que habitualmente é defendido por muitos estudiosos. Sendo assim, os autores discordam veementemente da visão clássica, na qual, o Brasil, tal como outras economias primário exportadoras, desenvolveu sua indústria doméstica como uma resposta ao cenário de crise no mercado internacional decorrente da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, pela Grande Depressão. Na realidade, desde o final do século XIX, o país já experimentava suas primeiras experiências industriais (SUZIGAN, 2015, p.261). Esse processo contou com a presença da capacidade empresarial endógena, apresentada nas interpretações de diversos autores quanto ao surgimento da indústria nacional nos capítulos anteriores desta monografia, e também e, também, com a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil. Isto é, as grandes empresas dos países centrais, a fim de se expandirem geograficamente

e, assim, internacionalizarem seu capital industrial, encontraram em nosso país uma potencial área estratégica para seus negócios antes mesmo do início do século XX (SUZIGAN, 2015, p.262).

2.3 Origem da industrialização em Santa Catarina

Para embasar essa análise vamos considerar também a obra de Ondina Pereira Bossle exposta no livro “A história da industrialização Catarinense: das origens da Integração no desenvolvimento brasileiro” (1988). A autora argumenta que diferentemente dos estados brasileiros que se industrializaram mais cedo, os quais desenvolveram sua indústria através de recursos transferidos da atividade cafeeira, Santa Catarina possuía um movimento isolado e diferenciado.

Fernando Marcondes de Matos traz em seu livro uma análise da industrialização Catarinense com uma perspectiva cepalina, grupo de autores que baseiam suas análises através dos estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Essa análise é focada nos dados da renda interna de Santa Catarina entre os anos de 1949 até 1964. Nos apresenta uma importante separação na análise dos dados, dividindo a produção do estado entre os setores primário (agricultura), secundário (indústria) e a terciária (serviços).

Em Santa Catarina no início dos anos de 1960, a participação do setor secundário da economia sempre foi abaixo da média nacional. O autor também demonstra preocupação com a baixa produtividade comparada aos dados nacionais e aos países europeus. A aplicação da mão de obra também é motivo de preocupação dado que a maioria se encontra em serviços e agropecuária. Nesse contexto Matos (1968) se propõem a realizar um estudo voltado a pesquisa de soluções, para que, através do poder governamental seja estabelecida uma política industrializante no Estado. O crescimento e o desenvolvimento se pautam em expandir a renda nacional superando o aumento do crescimento populacional e sendo suficiente para crescer a renda per capita acima de dois e meio por cento ao ano, números indicados pela ONU. Além disso, o desenvolvimento tem como definição aumentar a produção, diminuindo as desigualdades e combatendo as discriminações. Existe um paradigma sobre a forma de atingir o desenvolvimento econômico, o confronto entre duas vertentes de economia política: Os países

deveriam obedecer a lei das vantagens comparativas; ou então, deveriam proteger as suas indústrias da competição internacional. A lei das vantagens comparativas define que as nações deveríamos se concentrar em produzir aqueles bens em que possuem domínio técnico e produtivo minimizando os custos de produção, exportar os seus excedentes em trocas de outros produtos, que poderiam ser usados no consumo interno. Outros produtos os quais o seu país não consegue produzir ou produziria com custo mais elevado.

Dessa forma haveria uma divisão Global do trabalho em um nível mais elevado, maximizando a produção mundial. Assim os países desenvolveriam suas atividades através das vantagens naturais que possuíssem e naturalmente as indústrias apareceriam.

É inevitável que o desenvolvimento passe por um aumento da produtividade. Consequentemente os países que têm vantagens comparativas no setor primário acabam voltando os seus recursos para investir na produção de bens manufaturados até buscando alternativas para a substituição das importações e políticas as quais protegem as suas indústrias nascentes. Os países com a maior renda per capita possuem o setor secundário como o mais participativo. Ou seja, no início dos anos de 1960, período contemporânea ao livro em questão, os dados apresentados por Matos (1968) demonstram que os países com os maiores PIB per capita, cerca de 44% dos produtos eram oriundos da indústria, 46% dos serviços e 10% da agricultura.

Segundo Matos (1968) em Santa Catarina no ano de 1960, 50,4% do produto era fruto do setor primário, 20,7% do secundário e 28,9% do terciário. A indústria era o último setor em participação na renda do Estado enquanto a agricultura era o primeiro e com mais da metade da renda de Santa Catarina. O Estado ficava muito abaixo até mesmo do Brasil, onde 28,2% da renda vinha da agricultura enquanto 25,8% vinham da indústria e 46% do serviço. Após apresentação desses dados o autor demonstra preocupação quanto a deterioração dos termos de troca a longo prazo e com o fato da produtividade do estado ser menor que a do Brasil. Nesse contexto Santa Catarina teria problemas em comprar produtos de outras unidades

da Federação e seus excedentes ficam à mercê das oscilações de preço que não ocorrem uniformemente em todos os estados do Brasil.

Matos (1968) também traz dados relatando que em 1947 a participação da renda interna de Santa Catarina no total do Brasil era de 3%, em 1960 esse número caiu para 2,7%. Dentre todos esses anos o número mais baixo foi em 1951, onde o estado teve apenas 2,3% de participação da renda. Já no produto Real em 1947, Santa Catarina tinha uma participação de 3,1%, em 1960 esse número ficou em 2,9%, o pior resultado do Estado durante esses anos foi em 1949 com 2,7%. Segundo Matos (1968) a distribuição do emprego em Santa Catarina por atividade em 1960, 67,4% trabalhava no setor primário, 12,8% no setor secundário e 19,8% no setor terciário. Esse número sofreu uma alteração em relação a 1940, quando 79,3% eu trabalhava no setor primário 8,7%, no setor secundário e 12% no setor terciário. Em 1964 a participação do emprego Industrial do total da população economicamente ativa era de 8,26%.

Sobre as atividades manufaturadas de Santa Catarina, Matos (1968) destaca as indústrias têxteis que ocupam posição de destaque, as primeiras atividades do ramo já se encontram desde a chegada dos portugueses ao estado. Porém, somente em meados de 1908 no município de Brusque começa a produção em maior escala. A indústria Têxtil de Santa Catarina passou por vários estágios desde a chegada dos Colonos que por necessidade transformavam os produtos que colhiam, primeiramente atendendo a demanda doméstica e aos poucos expandindo sua produção e desenvolvendo o processo de fabricação. Para o autor a consolidação econômica do ramo em Santa Catarina se deu após a Primeira Guerra Mundial, consequência da falta de mercadoria no mercado, especialmente de tecidos devido o bloqueio das importações dos países em guerra que não fossem aliados. Segundo Matos (1968) em 1959, indústria Têxtil se dividia proporcionalmente entre a Fiação e Tecelagem (51%), Malharia (29%), Artefatos têxteis nas fiações de tecelagens (12%), artigos de passamaria, filós, rendas e Bordados 7%. A média de Operários ocupados por estabelecimento era de 85, enquanto a média no estado para todos os setores era de 9,4. No Brasil a média era de 71 Operários por estabelecimento têxtil, dados do ano de 1959.

Uma explicação para o desequilíbrio entre a participação do ramo no produto (17,3%) e a absorção de mão de obra total do Estado de (21,4%) é a densidade de mão de obra e uma baixa utilização de capital, caracterizando uma baixa composição orgânica do capital segundo os dados apresentados por Matos (1968). Em uma análise da CEPAL sobre o setor, foi constatado que a indústria brasileira utilizava equipamentos obsoletos e de baixa produtividade, o que acarretava uma dificuldade para os tecidos nacionais adentrar no mercado mundial, Santa Catarina até possuía algumas instalações modernas.

Além disso, diferentemente de outros setores da indústria onde o seu crescimento no Brasil depende de fatores autônomos como, por exemplo, a substituição de importações, o crescimento do setor Têxtil depende do aumento do PIB per capita e do consumo de bens não duráveis, ocasionado uma baixa tendência de crescimento tanto em produtividade quanto em renda. Estado se torna caracterizado como exportador de bens de consumos não duráveis e importador de bens de consumos duráveis.

Chama atenção a produtividade do ramo mecânico no estado, e ele classifica como extraordinário desempenho da indústria de material elétrico. Dessa forma, segundo Matos (1968) a estrutura da produção industrial Catarinense em 1962, era dividida principalmente entre: Madeira (26,8%), Têxtil (20,8%) e Produtos Alimentares (14,6%). Bem diferente dos principais ramos industriais do Brasil no mesmo ano: Químico (19,0%), Metalúrgico (10,1%), Produtos Alimentares (12,8%), Têxtil (11,7%) e Material de transporte (12,0%). Esses números demonstram no setor um baixo grau de diversificação e uma economia muito menos desenvolvida do que a brasileira. No ano de 2000 as indústrias tiveram um salto, o comércio e serviços em geral cresceram 5,1% e as indústrias 35,7%, o qual inclui o setor de vestuário, máquinas e equipamentos, mobiliário, alimentação.

Segundo o IBGE (2022) o avanço do número de habitantes foi de 0,52% de 2010 a 2022, entretanto de 2000 a 2010 foi de 1,17%. No ano de 2000 teve um emprego industrial de 21,4%, já até o ano de 2018 12,8%.

2.4 indústria no Brasil

O crescimento das exportações, do café em maior parte, e o desenvolvimento da indústria, assim a indústria se desenvolvia quando havia aumento das exportações. O desenvolvimento baseado no “capitalismo tardio” sugere a mesma ligação da ótica pela expansão das exportações, porém com relação não linear entre exportações e desenvolvimento industrial. A interpretação enfatiza o papel de políticas exercidas pelo governo no desenvolvimento industrial, dentre elas a proteção aduaneira e a concessão de incentivos e subsídios. A origem e desenvolvimento da indústria brasileira ocorreram diante de uma economia dependente do trabalho escravo e das exportações. A evolução do setor industrial foi sustentada pela necessidade de progresso econômico. Tal crescimento possibilitou e exigiu novos mercados na estrutura interna do país. Em consequência, abriu oportunidades para introdução do país em um modelo de economia moderno.

De acordo com Morse (citado por Lacerda, 2018), em 1846, em todo o Brasil, existiam apenas 50 manufaturas classificadas como empresas industriais. Esse número aumentou em 50% nos anos seguintes, chegando a 74 empresas em 1850, conforme relatado por Lima (citado por Lacerda, 2018). A maioria dessas empresas se dedicava à produção de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros, tecidos de algodão, entre outros produtos, com 50 delas localizadas na capital e na província do Rio de Janeiro. No entanto, esse crescimento começou a diminuir a partir de 1857, à medida que o protecionismo alfandegário enfraqueceu.

Muitas das empresas que surgiram até esse momento acabaram enfrentando dificuldades financeiras devido à escassez de mão de obra qualificada. Nos anos subsequentes até 1889, várias empresas estrangeiras obtiveram licenças para abrir filiais no Brasil. O país ainda dependia fortemente dos investimentos estrangeiros, uma vez que o sistema monetário, anteriormente baseado em uma economia escravista, revelou-se inadequado para sustentar uma nova economia baseada em trabalho assalariado.

Os investimentos estrangeiros, que aumentaram consideravelmente a partir de meados do século XIX, foram direcionados principalmente para a infraestrutura. Entre 1860 e 1889, por exemplo, foram concedidas licenças para a abertura de 137

empresas estrangeiras, a maioria das quais eram de origem inglesa. A grande maioria dessas empresas atuava nos setores financeiro (bancos, companhias de seguros) e de serviços (estradas de ferro, navegação, transportes urbanos, fornecimento de gás), enquanto a presença na indústria mineral era mais rara (LACERDA, 2018, p. 43).

Da mesma forma, a economia nacional, que dependia dos investimentos estrangeiros, estava altamente vinculada à produção de café. No entanto, durante esse período, as crises econômicas globais de 1875 e a superprodução de café entre 1880 e 1886 causaram falências entre fazendeiros, comerciantes e banqueiros. Isso levou à necessidade de diversificar a economia nacional para além do café. Após quatro décadas do término do tratado com a Inglaterra, a partir de 1885, os primeiros sinais de desenvolvimento industrial começaram a surgir no Brasil. Vários fatores contribuíram para isso, incluindo o crescimento do mercado de mão de obra assalariada devido à imigração em massa, a abolição da escravidão e a progressiva deterioração das estruturas pré-capitalistas. Na última década do século XIX, o governo adotou medidas para fomentar a indústria, introduzindo impostos protecionistas com o objetivo de salvaguardar os produtos manufaturados nacionais. Isso resultou na redução das taxas sobre a importação de equipamentos e matérias-primas, promovendo um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da indústria (LACERDA, 2018).

Adicionalmente, foi promulgada a Lei da Proteção à Indústria. Esses estímulos iniciais cessaram após a ascensão ao poder do governo de Prudente de Moraes (1894-1898), o primeiro presidente a representar os interesses da oligarquia cafeeira de São Paulo. Sob esse novo governo, as ações estatais estavam alinhadas com a defesa da oligarquia e se opunham ao desenvolvimento industrial, um período que perdurou até 1906. No entanto, mesmo diante das ações governamentais desfavoráveis à indústria, esta continuou a crescer rapidamente, impulsionada por uma nova crise de superprodução de café, que incentivou mais investimentos no setor industrial.

Nos anos subsequentes, com o aumento da proteção alfandegária e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a indústria se expandiu devido à necessidade de atender à demanda interna devido à escassez de produtos estrangeiros.

Conforme Rego et al. (2011) destacam, em todos os processos de industrialização conhecidos, há a presença de uma fase inicial de proto-indústria, que é estritamente manufatureira, antes da transição para uma fase de maquinofatura. A industrialização se caracteriza por essa transição da manufatura para a maquinofatura. O período exportador, com o café como principal produto, permitiu a acumulação de capital interno e, graças aos grandes lucros obtidos com a exportação do café, proporcionou o espaço para os primeiros investimentos e o surgimento das primeiras indústrias. Mesmo após a queda nas exportações de café, o desenvolvimento econômico conquistado durante a era do café pôde ser redirecionado para apoiar o crescimento da indústria. Suzigan; Furtado (2014) apresenta quatro interpretações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro: a) a teoria dos choques adversos; b) a perspectiva da industrialização liderada pelo aumento das exportações; c) a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil; d) a abordagem da industrialização intencionalmente promovida por políticas governamentais. A primeira argumenta que a industrialização brasileira começou em resposta às dificuldades impostas às importações devido aos impactos da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão de 1930 e da Segunda Guerra Mundial.

3. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Os primeiros estudos a respeito da desindustrialização das economias capitalistas começam com Clark (1957). Segundo seus estudos, existem diferenças nos níveis de elasticidade renda da demanda por produtos industrializados. Países com baixa renda per capita apresentam elasticidade renda da demanda por produtos industrializados maiores que 1, pois os consumidores desses países possuem seus gastos concentrados em produtos manufaturados.

Por outro lado, países de elevada renda per capita possuem elasticidade renda da demanda por produtos industrializados menores que 1, pois os consumidores desses países possuem a maior parte de seus gastos destinados ao consumo de serviços. Estes resultados explicam os ganhos da participação do setor de serviços na renda e emprego, em relação à perda relativa ou absoluta do setor industrial conforme o aumento de renda das economias.

Porém, o conceito de desindustrialização foi definido somente no final da década de 90 por Rowthorn e Ramaswamy (1999). Segundo esses autores, a desindustrialização é o processo de redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Segundo Squeff (2016), esta definição de desindustrialização baseada no nível de emprego na indústria possui dois motivos: primeiro, a proporção de emprego na indústria é comumente usado como grau de industrialização e desenvolvimento econômico e segundo, o emprego é uma das variáveis mais visíveis e sensíveis do tamanho da produção do setor industrial.

O tema desindustrialização é conhecido, porém pouco empregado e de difícil observação, “pois parte dos indicadores não são encontrados usualmente na literatura sobre o tema” (SQUEFF, 2019, p. 6). Sendo, as vezes negado no cenário acadêmico, talvez por ainda não ter sido elaborado um consenso sobre quais índices poderiam configurar uma pesquisa sobre o tema. Porém, partindo de uma avaliação com base na estrutura e dinâmica da indústria de transformação, na ótica intra-industrial a partir da classificação das atividades econômicas e no cenário econômico geral, pode-se propor e criar um método que permita discutir esse tema

partindo de uma perspectiva ampla, para análise mais acurada, identificando dados que corroboram ou que possam inclusive contrariar a hipótese de desindustrialização de um país outrora industrializado. A desindustrialização é geralmente abordada sem uma definição clara do termo, haja vista que há excessiva concentração da pesquisa aplicada em torno da industrialização na economia. Porém esse trabalho visa discutir a desindustrialização por meio da evolução de indicadores de produção PIB, empregos, produtividade, investimento, exportações e importações.

3.1 Teorias da desindustrialização natural

A desindustrialização como natural do processo de desenvolvimento econômico, consiste na desindustrialização positiva (ou normal), pois, o emprego dispensado da indústria, será absorvido pelo setor de serviço. Boa parte das economias desenvolvidas se encontra atualmente numa fase “pós-industrial”, apesar de ainda permanecerem com setores industriais relevantes, o centro dinâmico dessas economias passa a ser o setor de serviços.

Esse processo teve início, para a maior parte dessas economias, nas décadas de 1960 e 1970. Silva (2017) remonta a contribuição de Colin Clark em *The Conditions Of Economic Progress* (1940) como pioneira, associando as elasticidades de renda da demanda de produtos industriais com a perda de participação do setor. Nesse sentido, à medida que cresce a renda per capita do país, cresceria também a elasticidade-renda da demanda, primeiro em relação aos produtos industriais, e, em um determinado nível elevado de renda per capita, em relação aos serviços. Tal fato promoveria, assim, um deslocamento dos recursos e da produção primeiro em direção à indústria em detrimento dos segmentos primários e, posteriormente, quando atingido o nível elevado de renda per capita, em direção ao setor de serviços, justificando, assim, a evolução “natural” das participações dos setores no produto em países desenvolvidos (Silva, 2017, p. 66).

Seguindo essa lógica, Rowthorn (1994) estabelece que há um ponto de inflexão do emprego industrial, definido quando o país chega a um determinado nível de renda per capita. Essa relação tem o comportamento de um “U” invertido, sendo

crecente quando há desenvolvimento industrial, até chegar no pico desse processo, e iniciar, então, a desindustrialização.

A desindustrialização “positiva” ou “natural”, seria, portanto, um patamar de desenvolvimento, em que os países industrializados alcançaram níveis altos de industrialização, até que, pelas razões supracitadas, o setor industrial tem sua relevância na geração de empregos e/ou de valor de adicionado reduzida. Rodrik (2015), observa que países desenvolvidos em fase pós-industrial, em geral, tem uma perda menor de produto do que de emprego, há uma estabilização do crescimento do produto industrial. De acordo com o mesmo autor, a consolidação de uma indústria fortemente exportadora também é um benefício, e que mitiga em certo grau a perda de empregos em relação a indústrias mais fechadas. A desindustrialização nesses casos advém predominantemente de um aumento de produtividade do trabalho, associado a avanços tecnológicos.

Em suma, a industrialização e conseqüente sofisticação da estrutura produtiva levam a um incremento na produtividade, que provoca mudanças socioeconômicas, como a intensificação da urbanização, diversificando e expandindo o setor de serviços em um grau maior que os demais setores.

3.1. Teorias da desindustrialização forçada

Em comparação aos países desenvolvidos, Palma (2016) detecta que alguns países em desenvolvimento de alta renda e alguns países latino-americanos começaram a se desindustrializar na década de 1980, porém num processo mais acelerado. Para o autor, o motivo de a desindustrialização acontecer mais rapidamente nestes países, não é pelo fato destes terem sua taxa de renda per capita mais baixa a do que a taxa de outros países, mas devido à prática de política macroeconômicas, tais como abertura comercial e financeira, reformas institucionais, privatizações e desregulamentação do investimento direto estrangeiro (IDE).

O auge da industrialização brasileira foi em 1980. Até este ano, o produto manufatureiro real expandiu-se a taxas elevadas, mas reverteu a tendência a partir de 1981.

A industrialização ocorrida até 1980 foi no sentido de implantar setores ausentes e enraizar localmente a produção de insumos e componentes dos setores instalados. Dessa maneira, o Brasil passou a fabricar produtos e insumos intermediários de praticamente todos os segmentos existentes nos países de industrialização madura, mas não os produzia com a mesma eficiência porque a indústria doméstica era muito protegida, o desenvolvimento tecnológico era fraco e o coeficiente de exportação baixo (SUZIGAN, 1988, p. 9-10). A manutenção do grau de industrialização em torno de 20%, a preços constantes, na segunda metade da década de 1970, dá sustentação à afirmação de industrialização em marcha forçada de Castro (1995).

Segundo FIESC (2012) os setores intensivos em tecnologias do atual paradigma tecnológico, relacionados às tecnologias de comunicação e informação, ganharam espaço relativo e não apresentam tendência de desadensamento produtivo no período. Grande parte deles mostrou ganhos de participação no consumo aparente nacional, mesmo em contexto de aumento do coeficiente de penetração das importações. Vale dizer que, nesses setores, o coeficiente de penetração das importações é extraordinariamente alto. No segmento de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações, chegou a 57% em 2011.

4 ANÁLISE DA INDÚSTRIA

4.1 Indicadores

Como ressaltado anteriormente a indústria de transformação Catarinense é uma das maiores do Brasil em termos de quantidade de empresas e volume de emprego. No período de 2010 a 2020 o segmento alimentício foi o que obteve a maior participação na indústria de Santa Catarina, porém os produtos alimentícios vêm perdendo representatividade na indústria, saindo de 24,60% em 2010 para 15,98% em 2020. O segmento de Vestuário e Acessórios mantém a segunda posição frente aos segmentos com maior participação na indústria de SC e nos últimos cinco anos vem aumentando sua cota na participação da indústria, com uma média de crescimento no período de 2010 a 2020 de 4,3% ao ano.

As atividades de Máquinas, aparelhos e Materiais elétricos e Têxteis, seguem na respectiva ordem Vale analisar a atividade de Máquinas e equipamentos que nos anos de 2010, 2011 e 2012 possuíam a segunda posição entre os segmentos de atividades com maior participação na indústria, apresentando índices crescentes a taxas elevados. Porém nos anos seguintes, 2013, 2014 e 2015, obteve uma redução significativa em sua participação passando da segunda para a quinta colocação no ranking das principais atividades industriais.

Uma forte característica da economia industrial Catarinense são os Polos Econômicos, que fazem com que o estado tenha crescimento equilibrado entre as suas diversas regiões. No sul do estado os segmentos que mais se destacam são Cerâmica, Carvão, Vestuário e Descartável Plástico; No Oeste a indústria Alimentar e Móveis; No Vale do Itajaí a indústria Têxtil, Vestuário, Naval e Cristal; No Norte destacam-se a Metalurgia, Máquinas e Equipamentos, Material Elétrico, Plásticos, entre outros; Na região Serrana a indústria Madeireira e na Capital a Tecnologia.

No estado estão situadas importantes indústrias, algumas com destaques nacionais, outras na América Latina e outras reconhecidas mundialmente. Os municípios Catarinenses com os maiores valores de PIB total e PIB per capita, para

os períodos de 2003 a 2009. Joinville em todo o período foi a maior cidade do estado de Santa Catarina em termos de PIB total, com um crescimento médio anual de 14,1%.

A segunda colocação ficou com Florianópolis até o ano de 2010, onde posteriormente perdeu posição para a cidade de Itajaí que obteve um crescimento médio anual de 41,4% contra um crescimento médio de 15% ao ano da cidade de Florianópolis. Este elevado crescimento atingido pela cidade de Itajaí deve-se aos investimentos no Porto estabelecido na região. É importante analisar também o alto crescimento do PIB Total que as cidades catarinenses tiveram do ano de 2003 para 2004. Este crescimento deveu-se principalmente pelo aumento de investimentos tanto interno quanto externo em prol da estabilidade econômica mantida em 2004, superando as instabilidades de 2002 e 2003. Contrário ao alto crescimento obtido de 2003 para 2004 as cidades catarinenses registraram crescimento mínimo no ano de 2008 para 2009, consequência da crise internacional iniciada nos Estados Unidos.

4.1.1 Importações e Exportações

O estado que ocupava a décima colocação no ranking a nível nacional em 2001 ocupa hoje a sexta posição. A participação de Santa Catarina sobre as do Brasil era em 2001 de apenas 1,55%, hoje já representa mais de 6% de toda a importação nacional. Santa Catarina manteve índices de crescimento das importações superiores a média nacional nos últimos dez anos. Vale ressaltar que tanto as exportações como as importações catarinenses acompanham a realidade da economia brasileira, não sendo características específicas da economia catarinense.

Analisando as exportações e importações catarinenses por fatores agregados dos produtos manufaturados, ou seja, produtos Industrializados que possuem maior grau de agregação de valor são os que representam maiores volumes tanto de exportação quanto de importação. Para as exportações, seguida dos produtos Manufaturados aparece os produtos Básicos, que são produtos agrícolas e minerais, e Semimanufaturados, que são produtos com certo grau de transformação.

Para as importações a ordem que segue são produtos Manufaturados, Semimanufaturados e Básicos. Porém a disparidade nas importações, entre os produtos Manufaturados para os produtos Semimanufaturados e Básicos é maior do que nas exportações, ou seja, Santa Catarina está importando muito mais produtos Manufaturados do que produtos Básicos e Semimanufaturados e está exportando produtos Manufaturados. O estado catarinense não possui características próprias de desenvolvimento e crescimento econômico, pois todo o processo de colonização, urbanização, industrialização, períodos de estagnação, entre outros, foram reflexos do cenário da economia brasileira e mundial que se passava em tais períodos. Ou seja, não existe o modelo catarinense de desenvolvimento, pois o crescimento e todo o processo de industrialização do estado de Santa Catarina sempre estiveram articulados ao processo de crescimento e industrialização ocorridos ao nível nacional.

Nas décadas de 1950 e 60, por exemplo, o Estado nacional visando o Processo de Substituição de Importação (PSI) intensificou o investimento estatal com grandes aportes na indústria pesada típicos da segunda revolução industrial e também na infraestrutura econômica. Neste período o estado catarinense teve amplas transformações do padrão de desenvolvimento, assim como diversos outros estados do Brasil. Foi durante este processo de substituição de importações que as principais indústrias dinâmicas se instalaram e se consolidaram no cenário estadual, tais como a indústria metal-mecânica e cerâmica. Até o setor agroindustrial catarinense consolidou-se no mercado nacional e internacional com o surto industrial originário do PSI, através do fortalecimento de empresas como Sadia e Perdigão que se tornaram grandes players do mercado nesse período.

Assim como a economia brasileira teve problemas internos voltados principalmente ao avanço de instituições financeiras de crédito, que impediram o desenvolvimento nacional, Santa Catarina, neste mesmo período, também obteve uma conjunção de fatores que levaram ao desencadeamento de fatos tal como ocorrido. Estes fatos mostram que Santa Catarina não era uma entidade separada da nação brasileira, e sim parte integrante da mesma, tais como São Paulo, Minas Gerais e demais estados brasileiros.

4.1.2 Agropecuária, Indústria e Serviços

As projeções acima realizadas foram embasadas na perspectiva de que a economia catarinense sempre esteve articulada aos processos ocorridos na economia nacional, não possuindo desta forma característica própria e dinâmica interna específica da economia catarinense. Desta forma foi realizada a comparação do comportamento do crescimento econômico brasileiro e catarinense da última década, analisado estudos das previsões e tendências do mercado nacional para os próximos dez anos e projetado proporcionalmente para a economia catarinense. Ou seja, as projeções foram realizadas seguindo, proporcionalmente, o crescimento econômico nacional. Segue abaixo gráfico do PIB catarinense para o período 2002 a 2021.

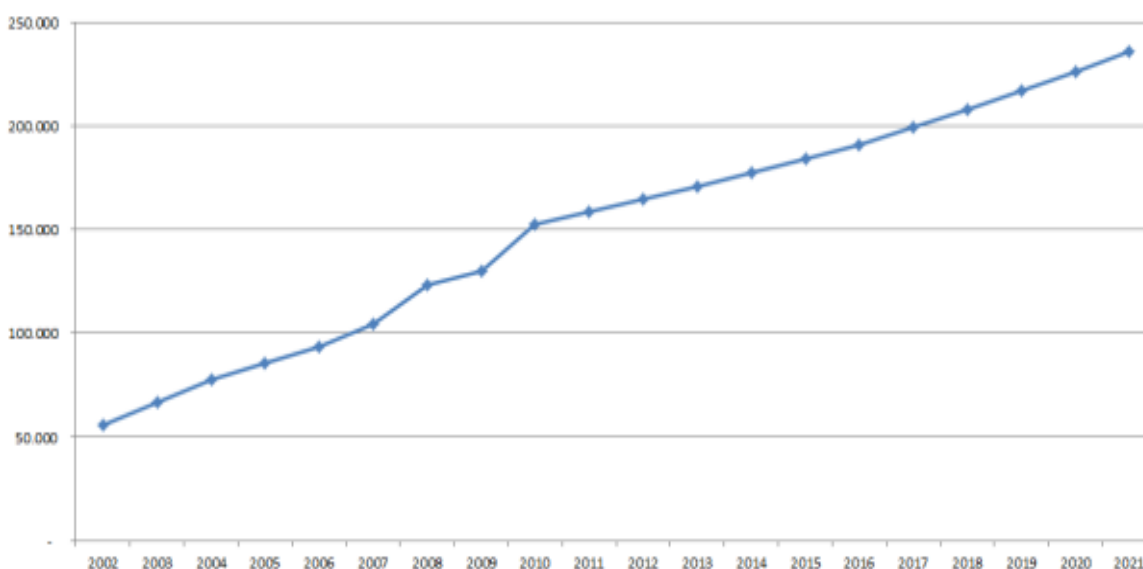


Gráfico 1: PIB Catarinense de 2002 a 2021 (valores correntes em R\$ milhões)

Fonte: IBGE e SPG/DEGE/ Gerência de Estatística e Epagri (Histórico)

Quanto à participação setorial da Agropecuária, Indústria e Serviços, o estado catarinense nos anos de 2001 a 2010 reduziu a participação da Agropecuária no PIB e aumentou a participação da Indústria e dos Serviços. Isto evidência uma condição de modernização da economia estadual, o que é comprovado pelo aumento gradual da participação catarinense no total da economia brasileira, significando assim que o estado vem ampliando sua competitividade econômica. Para a próxima década a

projeção da evolução setorial estará ligada às premissas gerais da economia mundial e nacional. Espera-se para o período 2012-2021 que o crescimento da participação da Indústria ocorra a níveis superiores aos demais setores, Agropecuária e Serviços. O aumento da participação da Indústria se dará em detrimento ao setor de Serviços que perderá espaço na composição do PIB.

| Ano | Santa Catarina | | | Brasil | | |
|-----------|----------------|-----------|----------|--------------|-----------|----------|
| | Agropecuária | Indústria | Serviços | Agropecuária | Indústria | Serviços |
| 2001-2010 | 8,40 | 33,80 | 57,50 | 5,90 | 27,50 | 66,60 |
| 2011 | 8,35 | 33,21 | 57,80 | 5,90 | 27,00 | 67,10 |
| 2012-2016 | 8,35 | 34,20 | 57,20 | 5,90 | 27,80 | 66,30 |
| 2017-2021 | 8,50 | 34,80 | 56,60 | 6,00 | 28,30 | 65,70 |

Tabela 1: PIB: Participação setorial relativa (% PIB Brasil)

Fonte: IBGE (Histórico); EPE (Projeções Brasil)

4.1.3 Indústria Extrativa Mineral

A tendência é de aumento na participação da Indústria Extrativa Mineral, guiada pelo crescimento do mercado internacional e aumento também na Construção Civil que será reflexo do crescimento deste mercado a nível nacional. Os principais impulsionadores serão os investimentos em infraestrutura e programas habitacionais do governo. A Indústria da Transformação perderá participação relativa enquanto a Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana manterá com os mesmos níveis de participação.

| ANO | Santa Catarina | | | |
|------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------|--|
| | Indústria Extrativa Mineral | Indústria de Transformação | Construção Civil | Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. |
| 2001-2010 | 1,2 | 70,8 | 14,3 | 13,7 |
| 2011 | 1,43 | 67,93 | 14,63 | 14,1 |
| 2012-2016 | 1,6 | 66,3 | 15,2 | 13,6 |
| 2017-2021 | 1,73 | 64,55 | 15,45 | 13,75 |

Tabela 2: % PIB Indústria: Indústrias com maior participação no PIB (Média do período)

Fonte: IBGE (Histórico); EPE (Projeções Brasil) e Elaboração Própria (Projeções de SC)

Realizando uma comparação entre o estado catarinense e o Brasil é possível perceber que a Indústria Extrativa Mineral é pouco participativa na composição do PIB do Estado frente a sua importância na participação do PIB nacional. Em detrimento a isto a Indústria da Transformação possui maior representatividade no PIB catarinense frente a sua participação no PIB brasileiro.

Para Santa Catarina a participação na Indústria sairia, na média de 2001-2010, de patamares de 1,2%, 70,8%, 14,3% e 13,7% para Indústria Extrativa Mineral, transformação, Construção Civil e Água, Gás, Energia Elétrica, respectivamente, para 1,73%, 64,55%, 15,45% e 13,75% para o período 2017-2021. Em relação a Balança Comercial catarinense a tendência para o período 2012-2021 é de aumento das transações internacionais, tanto das exportações quanto das importações, porém este último terá crescimento mais expressivo do que as exportações.

As projeções para o saldo da balança comercial de Santa Catarina é de redução para a próxima década, devido principalmente ao aumento das importações. A importação de Bens de Capital por parte das empresas para suprirem os investimentos previstos para o período, bem como o aumento da demanda interna por Produtos Duráveis e Não-duráveis externos, serão os principais motivos para a redução do saldo da Balança Comercial.

4.1.4 Desenvolvimento econômico industrial

No gráfico 2 , referente às exportações e importações catarinense e brasileira para o período 2002-2020, é nítido o crescimento inferior das exportações catarinenses frente ao crescimento das exportações brasileiras, como é perceptível também o crescimento superior das importações catarinense frente as importações brasileiras. No ano de 2015, aproximadamente, uma redução nos fluxos de capital forçará uma depreciação cambial e um ajuste do déficit da Balança. Entre o período de 2010-2015 a Balança poderá se deteriorar, mas tendo em vista que a corrente de comércio crescerá bastante ao longo dos anos, a resposta da Balança Comercial à depreciação cambial a partir de 2015 ocorrerá

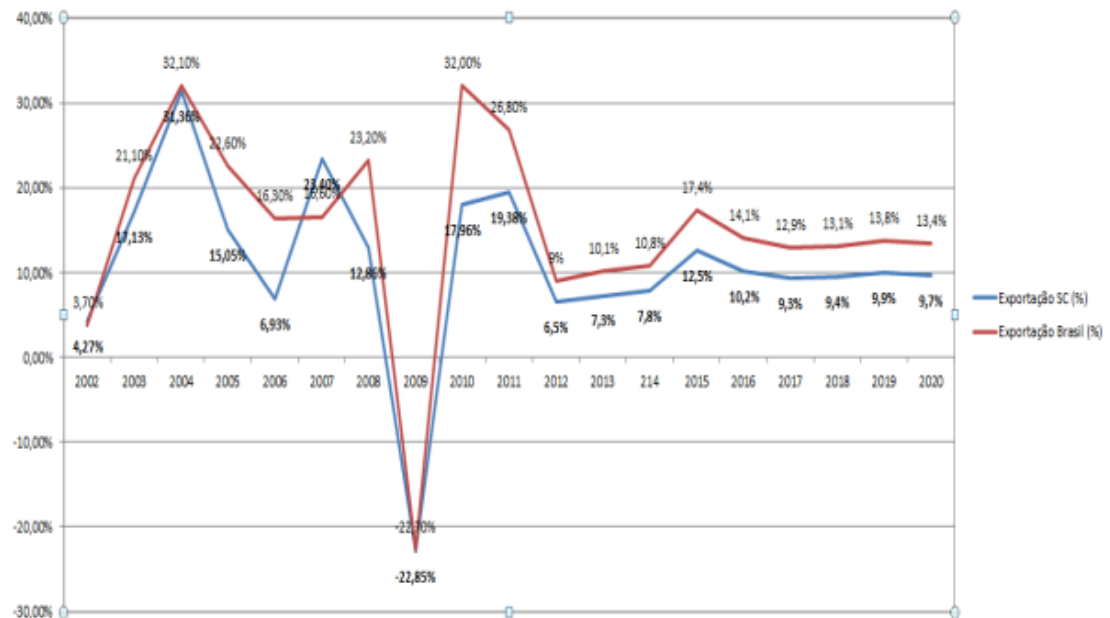


Gráfico 2: Crescimento das Exportações anuais de Santa Catarina e do Brasil (%)

Fonte: UFRJ (Histórico e Projeções Brasil)

O conceito de desenvolvimento econômico, como já ressaltado anteriormente, engloba as dimensões econômicas, política e social de uma sociedade de modo que ocorra o aumento da riqueza material e o aumento do bem-estar da população. Com isso a esfera econômica tem fundamental importância na busca do desenvolvimento e o setor econômico mais relevante é a indústria, que é a fonte geradora do crescimento do produto agregado de um país, sendo assim um dos pilares de sustentação do desenvolvimento econômico.

Para Thiwall (2002) e Tregenna (2009) (apud FIESC, 2012), no segmento industrial a indústria da transformação é a que possui maior relevância no crescimento do produto agregado. Isto devido aos altos efeitos de encadeamentos para frente e para trás nas cadeias produtivas; mudanças tecnológicas e progresso técnico difundem-se para outros setores da economia; ganhos com economias de escala; entre outros. Com isso o crescimento da indústria da transformação é um dos principais indicadores para analisar e avaliar o processo de desindustrialização no Brasil e Santa Catarina.

De acordo com a FIESC (2012) há indícios, através de dados agregados de mais de uma década, de que Santa Catarina passa por um processo de desindustrialização relativa. Ou seja, a indústria perde gradativamente participação na atividade econômica. Vale ressaltar que a indústria não deixa de crescer, porém cresce a taxas inferiores a do restante da economia. A desindustrialização catarinense na indústria da transformação é considerada relativa, pois ocorre com diferentes graus de intensidade nos diversos setores da economia. Por exemplo, os segmentos de madeira e móveis são os que mais estão sofrendo com este processo. Segundo FIESC (2012) existiu mudança estrutural em termos de ocupações, o qual a mudança começou pela agropecuária, que possuía uma participação de 21,2%, em 2000, e passou a apresentar uma participação de apenas 12,8%, em 2018. Entre 2000 e 2018, a produtividade do trabalho agregada cresceu 13,26%, ou apenas 0,69% ao ano em média. Verificou-se que entre os anos de 2000 e 2018, o setor que mais obteve crescimento para a produtividade da economia brasileira foi o de serviços (14,96% de um total de 13,26%).

Os setores de Cerâmica, Têxtil e Calçados sofrem também com o processo de desindustrialização relativa, uma vez que há perda de participação na criação de emprego e na geração de valor na produção. Alguns segmentos como alimentos, plásticos, papel e celulose, máquinas e equipamentos e material de transporte sofrem com a queda no Valor Adicionado da Produção, porém ocorre o crescimento no nível de emprego, ou seja, é um nível de desindustrialização intermediário. Há também os segmentos da economia catarinense que não mostram evidências de desindustrialização, como é o caso do setor vestuário; máquinas, aparelhos e material elétrico; bebidas; fumo; química; metalurgia básica; produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos); eletroeletrônica; equipamentos médico-hospitalares e veículos automotores.

Nestes segmentos ocorreu o aumento tanto da participação no Valor Adicionado como na geração de novas vagas de trabalho. Importante ressaltar que este processo de desindustrialização ocorre também na economia nacional, não sendo característica específica da economia catarinense. Na trajetória de desenvolvimento da economia brasileira existe um forte crescimento da indústria no

período de 1945 a 1980, onde sua participação no PIB passou de 20% em 1947 para 36% em 1980. Porém, de acordo com IEDI (2012), em 2011 a participação da indústria no PIB nacional foi de apenas 15%, indicando sua redução na participação do Produto Interno bruto nacional.

De acordo com FIESC (2012) os principais problemas deparados pela estrutura industrial que têm contribuído para o processo de desindustrialização em Santa Catarina são a taxa de câmbio apreciada; carga tributária elevada; taxa de juros elevada; custo de energia elevado; sistema de transporte deficiente; qualidade questionável da mão-de-obra; falta de incentivo à inovação; e falta de fomento e regulação comercial.

CONCLUSÃO

Para o país e sociedade é importante mensurar tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento econômico. O primeiro visando a acumulação de capital, crescimento da população e progresso tecnológico. O desenvolvimento econômico vai além do caráter quantitativo e mensura também o crescimento do bem-estar econômico, diminuição dos níveis de pobreza, melhoria na saúde, educação, desemprego, entre outros. Neste trabalho buscou-se analisar o crescimento econômico catarinense para o período 2010- 2021, tendo o PIB como o principal indicador.

A análise histórica do Brasil e do estado de Santa Catarina percebe-se que existe uma diferença entre ambos, a nível nacional as indústrias surgem a partir do capital do café, enquanto no estado foi dos imigrantes europeus com precisão alemães e italianos, mas ambos se beneficiaram da PSI (Política de Substituição de Importações) e dos investimentos estatais durante esse período. Na primeira metade do século XX, o estado estava abaixo da média nacional da participação da indústria na economia, e na segunda metade, o cenário foi revertido superando a média nacional até os dias atuais.

Analisando os dados apresentados no período 2010-2021, é perceptível que Santa Catarina possui alguns resultados que precisam ser melhorados, tais como: aumento das importações de bens de capital em relação à importação de insumos; expansão no crescimento do PIB de forma a ter maior representação da produção a nível nacional, visto que SC representou em 2009 apenas 4% do PIB nacional; aumento das exportações de artigos manufaturados; entre outros fatores.

Dentro da perspectiva de que a economia catarinense esteve sempre articulada ao processo de industrialização ocorrido a nível nacional do que uma dinâmica interna específica de sua economia, analisou-se o crescimento econômico catarinense e brasileiro para o período 2000- 2010, bem como a correlação existente entre estas economias, nacional e estadual. É importante ressaltar os polos industriais em Santa Catarina que trouxe um dinamismo para economia local e fez crescer a indústria no PIB.

A partir disto sobre o embasamento no estudo da projeção da economia brasileira para o período 2010- 2021 foi projetado o crescimento da economia catarinense para este mesmo período. No estado estão situadas importantes indústrias, algumas com destaques nacionais, outras na América Latina e outras reconhecidas mundialmente. Os municípios Catarinenses com os maiores valores de PIB total e PIB per capita, para os períodos de 2003 a 2009. Joinville em todo o período foi a maior cidade do estado de Santa Catarina em termos de PIB total, com um crescimento médio anual de 14,1%. Existe a desindustrialização em Santa Catarina, mas não absoluta e sim em alguns setores como Madeireiro e Têxtil.

A partir das análises feitas no trabalho, podemos concluir que a desindustrialização da economia brasileira e estadual se deu em grande parte pela abertura abrupta de mercado da economia do Brasil a partir de meados da década de 1980, onde as indústrias nacionais perderam sua competitividade.

REFERÊNCIAS

- CELSO, F. Teoria e política do desenvolvimento. São Paulo, 1979.
- DAMIANI, A. L. População e geografia. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIESC. Processo de Desindustrialização em Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
- OREIRO, J; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 2 (37), p. 293-318, ago. 2010.
- SILVA, José Alderir. A desindustrialização na região Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Paraná, 2010.
- FREITAS, C. Crescimento econômico do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FURTADO, 2014. Formação econômica do Brasil. 8ª edição. São Paulo: Companhia editora nacional.
- HICKS, J. Perspectivas econômicas. São Paulo: Zahar, 2001.
- HUNT, E.K. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LEITE, P.S. Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais. 2 a. Edição. Fortaleza, 2012.
- MATOS, Fernando Marcondes de. A industrialização catarinense: análise e tendências. Florianópolis: Ufsc, 1968.
- PALMA, G. Four Sources of “De-Industrialisation” and a New Concept of the “Dutch Disease”. In JA Ocampo (ed.), Beyond Reforms: Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability. New York: Stanford University Press and World Bank. 2016.
- PEREIRA, C. E. C.; SARTURI, G.; BOAVENTURA, J. M. G.; POLO, E. F. Desenvolvimento de métricas para a avaliação da competitividade de clusters: uma aplicação empírica no setor têxtil. Gestão & Regionalidade, São Paulo, v. 30, n. 90, set./dez. 2014.
- PIZZI, L. Desenvolvimento humano em Marx. Pelotas. Revista Fae, n.20, jan./jun. 2003.
- PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. Tradução Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Deindustrialization: causes and implications IMF, 1997.
- SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 2000.
- SOUZA, C. Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (Eds.). Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. Brasília: Ipea, 2016. p. 51-103.
- SOUZA, N. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 2003.
- SQUEFF, Gabriel Coelho, Desindustrialização: Luzes e Sombras no Debate Brasileiro. Brasília, IPEA, 2016.

SUZIGAN, W. 2015. Os investimentos Estrangeiros no início da industrialização do Brasil. In: SILVA, S. e SZMRECSÁNYI, T. História Econômica da Primeira República. São Paulo: Editora Hucitec e Edusp.

SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. História Econômica & História de Empresas, v. 3, n. 2, 2000.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. Revista Estudos Econômicos, v. 40, n. 1, p. 7-41, 2010.

TAVARES, M.C. 2014. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar.